



---

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Programa de Pós-Graduação em Administração

MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública

---

**DESEMPENHO PROFISSIONAL: PRODUTIVIDADE POLICIAL MILITAR  
NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO ESTADO DE RORAIMA**

**ARNALDO JOSE NEVES**

**INALDO MACIEL DA CRUZ**

**SAMUEL DE OLIVEIRA SILVA**

Brasília – DF  
2025



---

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Programa de Pós-Graduação em Administração

MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública

---

DESEMPENHO PROFISSIONAL: PRODUTIVIDADE POLICIAL MILITAR NO  
MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO ESTADO DE RORAIMA

ARNALDO JOSE NEVES

INALDO MACIEL DA CRUZ

SAMUEL DE OLIVEIRA SILVA

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB) como requisito para conclusão da Pós-Graduação em nível de MBA/Especialização lato sensu, em Gestão e Governança de Segurança Pública.

Professor: Dr. Thiago Gomes Nascimento.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo avaliar a produtividade e o desempenho dos policiais militares do 6º Pelotão da 4ª Companhia de Policiamento de Fronteira do Comando de Policiamento do Interior da Polícia Militar do Estado de Roraima, no município de Alto Alegre, durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. A pesquisa buscou identificar a natureza das ocorrências atendidas por esses profissionais e produzir conhecimento para subsidiar as decisões dos gestores da Corporação, possibilitando a criação de ferramentas para a avaliação dos processos e políticas institucionais. O estudo empregou uma abordagem quantitativa, baseada na análise de dados secundários extraídos dos registros operacionais da unidade policial. Os resultados demonstraram que a maior parte dos atendimentos (91,7%) não esteve diretamente relacionada a crimes graves, mas sim a demandas sociais, resolução de conflitos e apoio à comunidade. A incidência de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) foi mínima, sendo registrado apenas um caso durante o ano. Além disso, a violência doméstica destacou-se como uma das principais ocorrências, representando 15% da produtividade policial. Conclui-se que a atuação policial na região transcende o combate direto à criminalidade, exigindo um modelo de policiamento mais orientado à mediação e assistência social.

Palavras-chave: Produtividade. Desempenho. Polícia Militar. Segurança Pública. Policiamento Comunitário.

## **ABSTRACT**

This study aims to measure the productivity and performance of military police officers from the 6th Platoon of the 4th Border Policing Company of the Interior Policing Command of the Military Police of the State of Roraima, in the municipality of Alto Alegre, from January 1st to December 31st, 2023. The research sought to identify the nature of the incidents handled by these professionals and produce knowledge to support decision-making by the Corporation's managers, enabling the creation of tools for evaluating institutional processes and policies. The study employed a quantitative approach, analyzing secondary data extracted from the unit's operational records. The results showed that most of the responses (91.7%) were not directly related to serious crimes but rather to social demands, conflict resolution, and community support. The incidence of Intentional Lethal Violent Crimes (ILVC) was minimal, with only one case recorded throughout the year. Additionally, domestic violence emerged as one of the main occurrences, accounting for 15% of police productivity. It is concluded that police activity in the region goes beyond direct crime-fighting, requiring a policing model more focused on mediation and social assistance.

**Keywords:** Productivity. Performance. Military Police. Public Security. Community Policing.

## **Introdução**

A missão precípua das Polícias Militares está prevista no artigo 144 da Constituição Federal e disciplinada por legislações infraconstitucionais, cabendo a essas instituições a preservação da ordem pública e a realização do policiamento ostensivo. São organizações estruturadas com base na hierarquia e na disciplina, sendo indispensáveis para a manutenção da ordem pública, a segurança da população, a integridade do patrimônio e a preservação do regime democrático (BRASIL, 1998). Compete a elas planejar e desenvolver ações rotineiras para a manutenção da ordem pública, bem como executar, com exclusividade, o policiamento ostensivo fardado, tanto de maneira preventiva quanto repressiva, a fim de assegurar o cumprimento da lei e a estabilidade dos poderes constituídos.

No contexto atual, essa missão tornou-se ainda mais complexa, à medida que o conceito de ordem pública se expandiu, abrangendo diferentes vertentes. Diante disso, é essencial que os policiais militares desenvolvam competências e habilidades específicas para o adequado desempenho de suas funções. Assim, mesmo possuindo uma formação generalista, esses profissionais devem atuar com autonomia, criatividade, percepção situacional, agilidade na tomada de decisões, autocontrole, além de desenvolver habilidades físicas e psicológicas para lidar com as diversas situações cotidianas que enfrentam (NASCIMENTO & SOUZA, 2017).

Desde sua criação, essas instituições detêm a autorização para o uso legítimo da força, sob a égide de um mandato policial e do exercício de suas funções, concedidos com base no consentimento do Estado de Direito (MUNIZ & PROENÇA Jr., 2007). Dessa forma, tornaram-se o braço armado do Estado, responsáveis pela aplicação da coerção social quando necessário.

Diante da complexidade da atividade policial, torna-se imprescindível que as corporações desenvolvam mecanismos para avaliar a produtividade e o desempenho de seus profissionais, considerando os objetivos e atribuições institucionais, bem como as atividades por eles realizadas (SANTOS & GOMES, 2021). Nesse sentido, avaliar o desempenho significa analisar e atribuir um conceito ao profissional, com base em expectativas preestabelecidas (PEREIRA, 2001, p. 197). A avaliação da produtividade e do desempenho policial tem como finalidade criar instrumentos para mensurar os resultados esperados da organização, possibilitando o acompanhamento dos desafios, a correção de rumos quando necessário e a avaliação dos resultados alcançados (PONTES,

2002, p. 24).

O presente estudo busca dimensionar a produtividade e o desempenho dos policiais militares do 6º Pelotão da 4ª Companhia de Policiamento de Fronteira do Comando de Policiamento do Interior da Polícia Militar do Estado de Roraima, no município de Alto Alegre. O objetivo é identificar a natureza das ocorrências atendidas por esses profissionais e, sobretudo, produzir conhecimento que subsidie as decisões dos gestores da corporação, permitindo a criação de ferramentas para avaliação dos processos e políticas institucionais.

## **2. Atribuições e efetivo do 6º Pelotão da 4ª CIPMFron**

O serviço policial pode ser compreendido como um conjunto de atributos técnicos e comportamentais necessários para o cumprimento das funções constitucionais da polícia (NASCIMENTO & SOUZA, 2017). No caso específico do 6º Pelotão da 4ª CIPMFron, essa atividade envolve a realização de diversas missões de policiamento ostensivo, abrangendo diferentes tipos, processos e modalidades.

A Lei Complementar nº 81, de 10 de novembro de 2004, do Estado de Roraima, dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Roraima (PMRR). Em seu artigo 27, estabelece que a 4ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira é um órgão de execução subordinado ao Comando de Policiamento do Interior (CPI), responsável pelo policiamento ostensivo no interior do estado, com sede no município de Boa Vista:

Art. 27 (...)

(...)

IV – 4ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (4ª CIPMFron): unidade sediada no município de Boa Vista, que tem a seu encargo as diferentes missões de policiamento ostensivo, nos seus mais variados tipos, processos e modalidades, constituída de 06 (seis) Pelotões de Polícia Militar, com área de responsabilidade nas localidades de Mucajaí, Canta, Alto Alegre e Zona Rural de Boa Vista, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação;

Atualmente, o 6º Pelotão da 4ª CIPMFron conta com um efetivo previsto de 44 policiais militares (oficiais e praças), conforme estabelecido no Quadro Organizacional da Polícia Militar de Roraima. No entanto, dispõe de apenas 35 policiais para executar o policiamento ostensivo e as ações de segurança pública em sua área circunscricional, que inclui a sede do município e as vilas de Reislândia (Paredão), São Silvestre, Recrear e Samaúma. Além disso, a unidade também cobre e atende algumas áreas indígenas de sua

jurisdição, como as comunidades da Barata, Sububa, Raimundão I e II, Arapuá Anta I e II, Limão, Livramento e Truarú.

### **3. Desempenho e produtividade policial**

A produtividade policial militar é um dos principais indicadores de avaliação do desempenho individual e coletivo dos agentes de segurança, refletindo suas competências e os resultados decorrentes de suas ações no serviço operacional (GILBERT, 1978). Os policiais militares enfrentam desafios constantes para atender à demanda crescente da sociedade por segurança e por uma atuação eficiente na promoção da ordem pública. Contudo, não há um modelo único e abrangente de policiamento aplicável a todas as realidades locais. Conforme afirma Soares (2006, p. 96), “a qualidade de uma política depende da consistência de cada programa, cada projeto e cada ação, e tal consistência depende, por sua vez, do conhecimento de cada bairro, região da cidade, praça ou rua”. Assim, a atuação e o desempenho policial variam conforme as demandas locais e os objetivos institucionais estabelecidos.

Ao citar os achados de Lelandais, Santos e Gomes (2021) destacam que as crescentes expectativas da sociedade impulsionam as instituições policiais a desenvolverem modelos de atuação mais acessíveis, responsáveis, sustentáveis e éticos. Para atender a essas exigências, é essencial compreender a influência de variáveis contextuais e individuais sobre o desempenho dos policiais militares do 6º Pelotão da 4ª CIPMFron.

O desempenho profissional é representado por um conjunto de competências e habilidades utilizadas pelo indivíduo para cumprir suas funções de acordo com o perfil desejado pela organização (NASCIMENTO, 2014). Segundo Souza (2009), o desempenho pode ser verificado e aferido, permitindo identificar os colaboradores que apresentam resultados abaixo do nível esperado, além de indicar setores da corporação que necessitam de maior atenção no treinamento (CHIAVENATO, 2006).

A excelência no desempenho policial está diretamente associada à formação e capacitação contínua dos profissionais, garantindo que suas habilidades estejam alinhadas aos objetivos institucionais e ao mandato que lhes foi confiado. O desempenho não é uma característica inata do indivíduo, mas sim um conjunto de ações observáveis, mensuráveis e dinâmicas (ABBAD, 2014).

Dutra (2006, p. 162) aponta que o desempenho pode ser analisado sob três dimensões interconectadas, que devem ser avaliadas separadamente: desenvolvimento, esforço e comportamento. O desenvolvimento do indivíduo influencia diretamente as expectativas de desempenho; o esforço está vinculado à motivação e à dedicação no exercício das funções; e a avaliação do comportamento, de natureza essencialmente subjetiva, deve seguir padrões institucionais e ser conduzida com base em referências organizacionais e critérios previamente estabelecidos.

#### **4. Método**

Para o desenvolvimento deste estudo, foram analisados dados quantitativos secundários disponíveis nos bancos de dados da Polícia Militar do Estado de Roraima (PMRR), referentes aos atendimentos de ocorrências policiais registrados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Esses dados foram extraídos do controle de registros do 6º Pelotão da 4ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (4ª CIPMFron). Além disso, a pesquisa baseou-se em fontes bibliográficas e documentais, incluindo livros, artigos científicos publicados em sítios eletrônicos e intranet, bem como reportagens sobre o tema, com o objetivo de subsidiar a análise da produtividade dos policiais militares do 6º Pelotão da 4ª CIPMFron.

A pesquisa tem caráter essencialmente quantitativo, sendo conduzida por meio da análise dos dados contidos nos boletins de ocorrência e nos registros de ocorrências policiais. A estrutura do estudo contempla a análise quantitativa dos dados e a descrição teórica do desempenho do efetivo avaliado. As ocorrências foram classificadas em três grupos consolidados por natureza: (i) Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), (ii) Crimes Contra o Patrimônio (CCP) e (iii) Produtividade Policial, categoria que abrange demais tipos de crimes não enquadrados nos grupos anteriores, bem como outros atendimentos à população, incluindo casos sem a constatação de crime, mas que resultaram na confecção de boletins de ocorrência ou orientações aos cidadãos. O estudo não considerou dados estatísticos históricos para comparações da produtividade policial, tampouco aspectos qualitativos do desempenho do efetivo.

A análise foi realizada a partir dos dados quantitativos extraídos do banco de dados do 6º Pelotão da 4ª CIPMFron. Ressalta-se que esses dados não apresentavam um padrão definido, devido à inexistência de um sistema automatizado para o arquivamento e tratamento das ocorrências. Atualmente, a gestão arquivística e o processamento dos dados



são feitos manualmente, sendo armazenados em uma planilha de Excel. Os registros incluem as seguintes informações: número do Registro de Ocorrência Policial/Boletim de Ocorrência, data e horário do atendimento, endereço, natureza do fato, identificação da vítima e do infrator, objetos apreendidos, comandante da guarnição, unidade operacional e procedimento administrativo adotado.

## 5. Análise dos dados estatísticos

Segundo Santos e Gomes (2021), a avaliação de desempenho do policial se torna ambígua e complexa, devido à falta de consenso de como mensurar o que deve ser medido e qual métrica a ser utilizada para realizar essa avaliação. Assim, nossa pesquisa limitou-se à produtividade, durante o ano de 2023, dos policiais militares lotados no 6º pelotão da 4ª CIPMFron, classificando os atendimentos em 03 grandes grupos (Crimes Violentos Letais Intencionais, Crimes contra o Patrimônio e Produtividade policial), conforme representação constante na tabela 1.

**Tabela 1 – Produtividade policial comparativo mensal por natureza.**

EIXOS INDICADORES		NATUREZA	TOTAL	2023											
				JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1. C.V.L.I. - CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS	OCORRÊNCIA	HOMICÍDIO													
		FEMINICÍDIO													
		LATROCÍNIO	1		1										
		LESÃO CORPORAL SEG. DE MORTE													
1. TOTAL OCORRÊNCIAS C.V.L.I.		1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. C.C.P. - CRIMES CONTRA PATRIMÔNIO	OCORRÊNCIA	ROUBO	5		1			1	1			1			1
		FURTO	15	2	3	1		4	1	2		1			1
2. TOTAL OCORRÊNCIAS C.C.P.		20	2	4	1	0	5	2	2	0	2	0	0	2	
3. PRODUTIVIDADE POLICIAL	OCORRÊNCIA	TENTATIVA DE HOMICÍDIO	7	1		1	1	1				2			1
		ESTUPRO	3			1								1	1
		TRÁFICO DE DROGAS	5			1	1					1		1	1
		USO E PORTE DE DROGAS	2				1							1	
		POSSE/PORTE DE ARMA DE FOGO	3							1		1			1
		LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO	4	1		1			1		1				
		LESÃO CORPORAL	32	4	3	5	5		1	2	3	2		5	2
		VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	36	1	3	2	4	4	5	2	4	4	1	3	3
		OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO	25	3		1	1	3	5	3			2	4	3
		OUTROS CRIMES/ATENDIMENTOS	115	7	7	13	12	14	10	12	16	5	4	7	8
3. TOTAL PRODUTIVIDADE POLICIAL		232	17	13	25	25	22	22	20	24	15	7	22	20	
TOTAL GERAL		253	19	18	26	25	27	24	22	24	17	7	22	22	

Fonte: adaptado de Banco Millenium - COOAFESP/SGI/SSPDF.

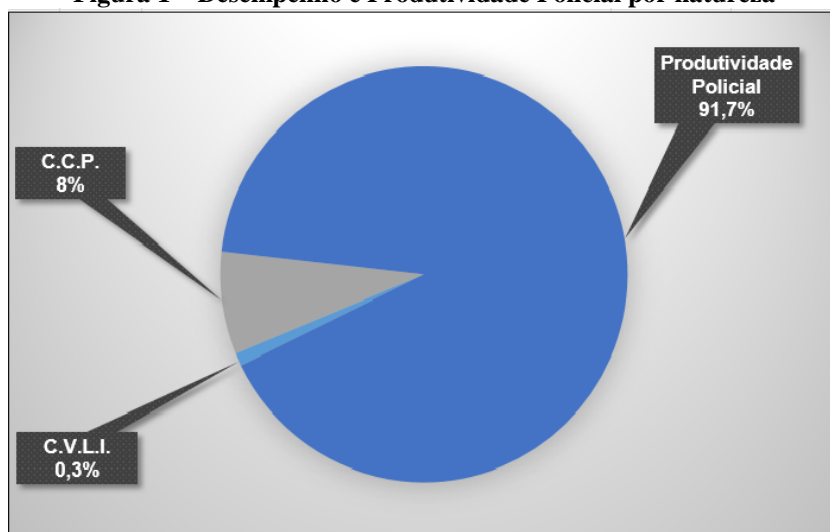
Os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) são aqueles de maior relevância

social, pois envolvem o uso intencional da violência e resultam, necessariamente, na morte da vítima. Nesse grupo, enquadram-se crimes como homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal seguida de morte e latrocínio (CNMP, 2021). Já os crimes contra o patrimônio correspondem a infrações que envolvem a subtração, destruição ou dano a bens de terceiros. Para este estudo, foram considerados os tipos penais de furto e roubo, em suas diversas variações e modalidades, incluindo roubos a transeuntes, veículos, aparelhos celulares, estabelecimentos comerciais e instituições bancárias.

Em relação à produtividade policial, foram agrupados todos os atendimentos e registros de ocorrências relacionados a outros tipos penais e à prestação de assistência à população. É importante destacar que, devido à natureza do serviço policial, os agentes atuam em uma ampla gama de situações, que variam conforme a demanda e o contexto de cada ocorrência. Dessa forma, a produtividade policial pode envolver desde simples orientações aos cidadãos e lavratura de Termos Circunstanciados até a prisão de infratores por crimes de menor gravidade.

No recorte amostral analisado, foram registrados 253 atendimentos e/ou ocorrências policiais em diferentes localidades da área de atuação do 6º Pelotão da 4ª CIPMFron, abrangendo a sede do município e as vilas de Reislândia (Paredão), São Silvestre, Recrear e Samaúma, além de diversas comunidades indígenas. Desse total, 91,7% dos atendimentos foram classificados como produtividade policial, 8% corresponderam a crimes contra o patrimônio e apenas 0,3% referiram-se a Crimes Violentos Letais Intencionais, conforme demonstrado na Figura 1.

**Figura 1 – Desempenho e Produtividade Policial por natureza**



Fonte: Produzido pelos autores.

No período analisado, verifica-se a baixa incidência de Crimes Violentos Letais

Intencionais (CVLI) na área de atuação do 6º Pelotão da 4ª CIPMFron, com o registro de apenas um caso de latrocínio, ocorrido no mês de fevereiro. Por outro lado, as ocorrências relacionadas a crimes contra o patrimônio apresentaram variações na frequência entre roubos e furtos. Os dados indicam o registro de cinco roubos ao longo do ano de 2023, distribuídos de forma esporádica, enquanto as ocorrências de furto totalizaram 15 registros, com destaque para o mês de maio, quando foram contabilizadas quatro intervenções da equipe policial. Destaca-se que 91,7% das ocorrências atendidas referem-se à produtividade policial, englobando atendimentos a diversos tipos penais e serviços de assistência à população.

A avaliação do desempenho policial é um tema complexo, pois envolve múltiplas variáveis que influenciam diretamente os resultados institucionais. Vollard apud Santos e Gomes (2021) destaca que a mensuração da produtividade policial enfrenta desafios metodológicos, dada a diversidade de atividades desempenhadas pelos agentes de segurança. A simples contabilização de ocorrências registradas pode não refletir, de maneira precisa, a efetividade do policiamento, uma vez que muitos dos atendimentos não resultam em prisões ou registros formais, mas sim em ações preventivas e de mediação de conflitos. Nesse sentido, a análise dos dados quantitativos do 6º Pelotão da 4ª CIPMFron reforça a importância da utilização de indicadores que considerem a complexidade da atuação policial e sua relevância para a segurança pública local.

Outro aspecto a ser considerado na análise estatística é a influência de fatores contextuais sobre a incidência criminal e a produtividade policial. Como apontam Ferreira et al. (2024), os Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) são fenômenos multifatoriais, influenciados por questões socioeconômicas, culturais e estruturais das regiões onde ocorrem. O baixo número de registros de CVLI na área de atuação do 6º Pelotão sugere que a criminalidade violenta não é um problema predominante na região, o que reforça a necessidade de políticas de segurança focadas na prevenção e no atendimento às demandas sociais. A alta incidência de casos de violência doméstica, por sua vez, aponta para a necessidade de maior integração entre as forças de segurança, órgãos de assistência social e o sistema de justiça, conforme preconiza a abordagem de policiamento orientado para a resolução de problemas (SANTOS & GOMES, 2021).

## **6. A atuação policial durante o exercício funcional**

Durante seus patrulhamentos e a realização do policiamento ostensivo, as equipes

policiais militares enfrentam uma ampla variedade de problemas e situações que exigem intervenção imediata. Muitos atendimentos não resultam em registro criminal, sendo resolvidos por meio de mediação de conflitos, conciliação ou orientação. Dessa forma, grande parte da produtividade policial ocorre sem a necessidade de prisões ou condução dos envolvidos à delegacia, respeitando os limites legais e a discricionariedade da atuação policial, especialmente em casos de conflitos e crimes de menor gravidade.

Estudos indicam que uma parcela significativa da atuação policial não está diretamente relacionada ao combate à criminalidade, mas sim à assistência social e à resolução de conflitos, além de intervenções para solucionar pequenos delitos. Observa-se que um grupo relativamente pequeno de problemas corresponde a um percentual expressivo dos registros de ocorrências policiais.

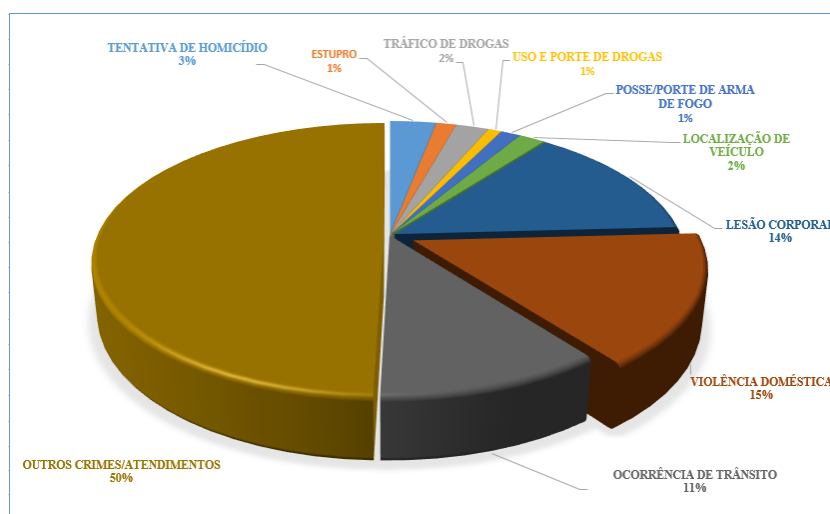
De acordo com dados apresentados por Rolim (2006, p. 140), extraídos de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, aproximadamente 10% das vítimas estão envolvidas em 40% dos crimes; 10% dos agressores cometem cerca de 50% dos delitos; e 10% dos locais concentram aproximadamente 60% das ocorrências infracionais. O desempenho e a produtividade da Polícia Militar envolvem diversos aspectos e fatores que, em muitos casos, se confundem com a própria missão institucional das polícias. Essas corporações integram o sistema de segurança pública e são responsáveis pela execução das políticas voltadas à área, cujo conceito é amplo e complexo.

De maneira simplificada, a segurança pública pode ser definida como um conjunto de ações e medidas implementadas pelo Estado para garantir à sociedade um ambiente de convívio pacífico, promovendo relações sociais harmoniosas e assegurando aos cidadãos uma vida livre de ameaças, violência, perigos e riscos ao patrimônio. Dessa forma, possibilita-se o pleno exercício dos direitos fundamentais (DI PIERO, 2004). A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, estabelece que:

a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

A Figura 2 apresenta a produtividade policial por natureza dos registros policiais de ocorrências, considerando os principais tipos penais e atuação do efetivo policial.

**Figura 2 – Detalhamento da Produtividade Policial**



Fonte: Produzido pelos autores

## 7. Análise dos resultados

A fim de compreender melhor o cenário da produtividade policial no município de Alto Alegre, utilizaremos a Matriz GUT, considerando os critérios de Gravidade, Urgência e Tendência dos problemas de segurança pública ocorridos naquela localidade. Essa ferramenta possibilita avaliar o impacto que os problemas geram (gravidade), o tempo disponível para resolvê-los (urgência) e a evolução que eles podem ter (tendência) caso não haja uma intervenção (FERREIRA, 2016).

**Tabela 2 – Matriz GUT da Produtividade Policial**

Crime/Atendimento	Gravidade (G)	Urgência (U)	Tendência (T)	Pontuação GUT	Prioridade
Violência Doméstica (15%)	5	5	5	125	1
Outros Crimes/Atendimentos	4	4	3	48	2
Lesão Corporal (14%)	4	4	3	48	3
Ocorrência de Trânsito (11%)	4	4	3	48	4
Tráfico de drogas (2%)	5	3	3	45	5
Posse/Porte de arma de fogo (1%)	4	4	2	32	6
Tentativa de Homicídio (3%)	5	3	2	30	7
Estupro (1%)	5	2	3	30	8
Uso e porte de drogas (1%)	3	3	3	27	9
Localização de veículos (2%)	1	2	2	4	10

Fonte: Produzido pelos autores

O cenário apresentado indica que os casos de violência doméstica devem ser tratados com maior prioridade devido à sua alta gravidade, urgência e tendência de piora. É imperiosa uma intervenção nesse tipo de ocorrência face à necessidade de proteção desse grupo vulnerável e prevenir futuros incidentes.

A despeito do alto percentual das ocorrências de outros crimes/atendimentos é importante destacar que esse grupo de atendimentos está afeto aos registros de crimes de menor

gravidade e resolução de conflitos e demanda grande esforço do efetivo, ressaltando que o atendimento dessas ocorrências impacta significativamente nas atividades de segurança pública desencadeadas pela polícia, portanto é necessária a impelentação de ações preventivas para mitigar sua incidência.

No tocante às ocorrências de lesão corporal é necessário investigar as causas e implementar medidas para prevenir futuros casos. Quanto às ocorrência de trânsito, embora menos prioritária, ainda requer atenção para garantir a segurança nas vias urbanas e rurais do município de Alto Alegre, destacando que essa é uma tendência nacional no que tange à violência no trânsito.

Quanto aos demais tipos de ocorrências, embora representem um percentual pequeno dentro do universo dos atendimentos realizados pelo efetivo, não se identifica a necessidade de enfrentamento prioritário, face à sua sazonalidade de incidência durante o período referencial.

## **8. Conclusão**

O efetivo do 6º Pelotão da 4ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (4ª CIPMFron) desempenha um papel fundamental na segurança pública da região, atuando tanto na prevenção quanto na repressão à criminalidade. A análise dos dados referentes ao ano de 2023 revelou que a produtividade policial esteve fortemente associada à mediação de conflitos, assistência à população e ao atendimento de ocorrências de menor gravidade, evidenciando que a atuação policial vai além do enfrentamento direto da criminalidade, assumindo um caráter essencialmente comunitário e social.

A baixa incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e a predominância de atendimentos relacionados a crimes contra o patrimônio e à violência doméstica indicam que a demanda policial na região está majoritariamente voltada para ações de preservação da ordem pública e resolução de conflitos. Os dados demonstram, ainda, que a violência doméstica representou uma parcela significativa da produtividade policial, exigindo estratégias específicas e integradas para o enfrentamento desse fenômeno. Além disso, a atuação em ocorrências de trânsito reforça a necessidade de medidas preventivas para reduzir os índices de acidentes na região.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas de segurança baseadas em evidências, voltadas para a resolução de problemas específicos da comunidade atendida. O fortalecimento da integração entre as forças de segurança, órgãos

governamentais e a sociedade civil pode potencializar a eficácia das ações policiais, promovendo uma abordagem mais eficiente e humanizada no enfrentamento das demandas sociais e da criminalidade.

Por fim, este estudo ressalta a importância da contínua capacitação dos policiais militares, garantindo que estejam preparados para lidar com os desafios contemporâneos da segurança pública. Além disso, evidencia a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de avaliação de desempenho, de modo a subsidiar a formulação de estratégias mais eficazes e adaptadas à realidade local. O desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para otimizar a gestão dos registros policiais e a análise dos dados operacionais pode contribuir significativamente para o aprimoramento da segurança pública na região.

## **9. Referências**

ABBAD, G. (1999). Um modelo integrado de avaliação do impacto do treinamento no trabalho – IMPACT. Tese de Doutorado não publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.

\_\_\_\_\_. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Ministério Público. Manual de atuação para membros do Ministério Público em crimes violentos letais intencionais / Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Transportes. Registro Nacional de Sinistros e Estatísticas de Trânsito. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/docs/renaest>. Acessado em: 4 mar. 2025.

CHIAVENATO, I. (2006). Recursos Humanos: O Capital Humano das Organizações. Atlas.

São Paulo, SP.

DI PIERO M. M. C. (2004). Revista do Ministério Público, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2791465/Monica\\_Maria\\_Costa\\_Di\\_Piero.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2791465/Monica_Maria_Costa_Di_Piero.pdf). Acessado em 03 mar. 2025.

DUTRA, J. S. (2006). Gestão de Pessoas. Atlas. São Paulo, SP

FERREIRA, A. R. (2016). Análise e melhoria de processos. Diretoria de Desenvolvimento Gerencial, Enap. Brasília, DF.

FERREIRA, B. S.; MELO, A. F.; GUARINO, P. C.; JORDÃO, M. P. D. Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI): fatores e motivações que os influenciam em consonância com as políticas de segurança pública. Revista Brasileira de Segurança Pública. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1174>. Acesso em: 3 mar. 2025.

LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. A. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª Edição. São Paulo, SP.

MUNIZ, J. O., & PROENÇA, D., Jr. (2014). Mandato policial. In R. S. Lima, J. L. Ratton, & R. AZEVEDO (Orgs.), Crime, polícia e Justiça no Brasil (Vol. 1, pp. 491-502). São Paulo, SP: Contexto.

NASCIMENTO, T. G. (2014). Desempenho profissional: relações com valores, práticas e identidade no serviço policial (Tese de Doutorado). Brasília, DF: Universidade de Brasília.

NASCIMENTO, T. G., & SOUZA, E. C. L. (2017). Escala Tri-Fatorial da Identidade Social (ETIS): evidências de sua adequação psicométrica. Psico-USF, 22 (2), 217-234.

Revista Brasileira de Segurança Pública (2024). Da governança de polícia à governança policial: controlar para saber; saber para governar. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/50>. Acessado em: 08 de dez. 2024.

ROLIM, M.. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.



ROLIM, M.; PEREIRA, V. de Q. A eficiência policial e seus indicadores. Revista Brasileira de Segurança Pública. Disponível em:

<https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1445>. Acesso em: 3 mar. 2025.

RORAIMA (Estado). Lei Complementar nº 226, de 04 de abril de 2014. Altera a Lei Complementar Nº 081, de 10 de novembro de 2004; a Lei Complementar Nº 184 de 24 de agosto de 2011; a Lei Complementar Nº 194, de 13 de fevereiro de 2012; e a Lei Complementar Nº 197, de 10 de maio de 2012 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Roraima, Roraima, 4 abr. 2014.

SANTOS, A. P. dos, & GOMES, A. de O. (2021). Desempenho de organizações policiais: revisão sistemática da literatura. Revista do Serviço Público, 72(1), 262-291.

<https://doi.org/10.21874/rsp.v72i01.4881>.

SOUZA, V. L. de (2009). Gestão de Desempenho. FGV Management. 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ.

VEDOVA, D. Jusbrasil.com. O Que é Segurança Pública. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-seguranca-publica/586735267>. Acessado em 03 mar. 2025.